

**A(O) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM / RS
OU A QUEM LHE COUBER**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025

Objeto: Registro de Preços de gêneros alimentícios, organizados em cestas básicas

MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.904.244/0001-03, com sede na Rodovia RSC 287, Km 158 em Novo Cabrais-RS, CEP 96.545-000, telefone (51) 3616-5073 / 98608-0722, email: atacadista.felix@yahoo.com.br, por seu representante legal infra-assinado, vem respeitosa e tempestivamente à presença de Vossas Senhorias, apresentar **CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO**, face a apresentação de recursos administrativos contra a sua classificação e habilitação no pregão supracitado, consoante as razões de fato e de direito a seguir apontadas de forma detalhada.

I – DOS FATOS

A empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA. participou do certame epigrafado, ciente e de acordo com o edital e com o instrumento convocatório, capacitada para contratar com a Administração Pública e atender às exigências da licitação supracitada.

Após a abertura da licitação, disputa de preços, e habilitação a empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA. foi declarada CLASSIFICADA, HABILITADA E VENCEDORA da licitação.

No intuito de tumultuar o processo e causar confusão no entendimento e decisão já proferida pelo Pregoeiro, as empresas BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

e HAMBURGO CANTINA LTDA-ME manifestaram intenção recursal, e posteriormente encaminharam as suas razões.

Pois bem, relativamente aos recursos encaminhados, temos a considerar:

- a) Recurso interposto pela empresa BRINGHENTTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., é contra a empresa **Campo Bom Distribuidora Ltda.**, ou seja, o recurso da empresa não é contra a empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA.
- b) Recurso interposto pela empresa HAMBURGO CANTINA LTDA-ME, não possui denominação de empresa a qual esta recorrendo, bem como não faz menção nenhuma ao Município que está promovendo a licitação, ou seja, faltam informações e pontos essenciais para uma compreensão do recurso, trata-se de recurso genérico que não se pode admitir.

Assim, fica evidente que, ambos os recursos administrativos NÃO ATENDEM AOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE, fatos estes que impõem o NÃO CONHECIMENTO dos recursos.

Os pressupostos de admissibilidade de um recurso em licitação são requisitos formais que, se não forem preenchidos, impedem que o recurso seja conhecido (analisado) pela administração. Em suma, para que um recurso seja considerado, deve-se verificar se ele foi interposto tempestivamente, por parte legítima, com interesse legítimo, e com uma motivação clara.

A análise dos pressupostos de admissibilidade é crucial para garantir a correta tramitação dos recursos e para assegurar a legalidade e a transparência do processo licitatório. Se um recurso não preencher os pressupostos, ele não será conhecido e não será analisado no mérito.

Desta feita, nota-se a importância de um recurso ser interposto de forma correta, pois somente assim, dará condições para o julgamento e também para que possam ser realizadas as contra razões. Recurso com erros como os apresentados acima, geram confusão e prejudicam a análise e não dão subsídios para que se possam apresentar contra razões. Ex. Como vamos apresentar contra razões a um recurso onde o polo passivo é outra empresa e não a nosso? Elaborar um recurso corretamente com todas as informações necessárias e bem redigido e compreensivo é o minio que se espera, pois caso contrário, resta prejudicada qualquer análise e resposta.

Ora, como se não bastasse, a falta de pressupostos de admissibilidade dos recursos, os quais prejudicam a análise, mesmo assim, faremos uma breve analise dos pontos que conseguimos compreender e atacados pelas recorrentes, senão vejamos:

1. Relativamente ao fato da Certidão estadual da empresa vencedora MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA. estar vencida, neste ponto, realmente a certidão anexa esta vencida, porém, tal fato se deu devido a equívoco na hora de selecionar o documento no computador e realizar o seu upload no portal. Nesse sentido, em anexo segue a certidão válida preexistente (emitida em 30 de maio de 2025), ou seja, a empresa possui certidão já emitida anteriormente válida.

Nesse sentido, dispõem o art. 64 da Lei 14.133/21:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência, para:**

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. (grifamos)

No intuito de esclarecer artigo destacado acima, destacamos o posicionamento do TCU sobre juntada de documento novo em licitações Lei 14.133/21. Esta possibilidade encontra-se dentro do poder de saneamento do pregoeiro ou comissão de contratação, e não viola o princípio da isonomia.

O TCU em 2021 proferiu uma decisão (Acórdão 1211/2021-Plenário), firmando um posicionamento inovador. Segundo o TCU deve-se admitir a juntada de documentos que não foi apresentado no momento devido, da habilitação, por um equívoco ou falha do licitante, desde que o licitante já possuísse o documento ou atendesse o requisito do edital no momento da abertura da licitação. Vejamos:

Acórdão 1211/2021-Plenário

1. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não

fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

A decisão foi confirmada no TCU por diversos acórdãos que se seguiram:

Acórdãos 2443/2021-Plenário, 468/2022-Plenário: Admitira juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) . O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de

novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

Acórdão nº 2443/2021 – Plenário do TCU:

“A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência”.

ACÓRDÃO Nº 468/2022 - TCU – Plenário

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

ACÓRDÃO Nº 988/2022 - TCU – Plenário

nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação em pregões forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, deve ser concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999

Importante mencionar que há reiterada jurisprudência do TCU no sentido de que a Administração preze pelos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade na condução das licitações, evitando inabilitar um licitante sem antes lhe dar a oportunidade

de corrigir eventuais falhas em seus documentos de habilitação, desde que essas falhas sejam sanáveis e atestem uma condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame. Isso porque inabilitar um licitante por mera falha sanável resulta em objetivo dissociado do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece sobre o resultado almejado, que é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Note-se que em caso de documentos que possam ser emitidos diretamente pelo site do órgão emissor, via internet, o pregoeiro/agente pode utilizar o dispositivo abaixo, podendo efetuar a emissão no momento da habilitação caso o documento não conste no sistema/SICAF/registro cadastral:

Lei 14.133/21

Art. 68 (que trata da habilitação fiscal, social e trabalhista)

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

Art. 39.

§ 6º A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Sobre o art. 68, § 1º da Lei 14.133/21, o professor Joel de Menezes Niebuhr¹ se posicionou da seguinte forma:

Logo, o agente ou comissão responsável pela condução da licitação, se constatar impropriedade em alguma certidão de regularidade fiscal, social ou trabalhista, deve acessar o endereço eletrônico da entidade responsável por emití-la e verificar a situação real do

1 MENEZES NIEBUHR, Joel de. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Ed. Fórum: Bh, p. 818.

licitante. Se ele estiver em situação de regularidade, deve ser habilitado.

O professor Ronny Charles² se manifestou no seguinte sentido, ao analisar a Nova Lei de Licitações:

“(...) se os documentos de habilitação técnica foram juntados, mas há dúvidas sobre se conteúdo, a diligência pode admitir a juntada de novo documento. Contudo, caso a empresa não tenha juntado os respectivos documentos, não cabe diligência para tal finalidade. Ao menos, foi essa a regra estabelecida pelo legislador.

Por outro lado, falhas formais ou materiais nos documentos (erro de digitação no CNPJ ou nome da empresa, por exemplo) podem ser saneados pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação”.

2. Relativamente a marca cotada para o item massas “parafuso” e “espaguete”, qual seja, “flor de lis”, destacamos que a marca cotada atende ao edital, sendo ambas do tipo sêmola.

Sabemos que a base da matéria-prima utilizada na produção da massa é trigo e ovos. Inclusive a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) define como uma massa alimentícia obtida a partir da farinha/sêmola de trigo e/ou derivados de trigo durum e/ou derivados de outros cereais, leguminosas, raízes e/ou tubérculos.

A principal diferença entre sêmola e trigo está no processo de moagem e no tipo de trigo utilizado. A sêmola é uma farinha de trigo parcialmente moída, geralmente de trigo duro (*Triticum durum*), enquanto o trigo é um cereal em sua forma integral, com a casca ainda presente. Em resumo, a sêmola é obtida a partir da endosperma do trigo duro, é conhecida por sua resistência ao cozimento.

Massa de sêmola, ou também chamada de semolina, é uma massa à base de farinha de trigo moída grossa, geralmente proveniente do trigo duro. É utilizada na produção de diferentes massas como macarrão e outros produtos de panificação.

Pois bem, são características da Massa de Sêmola:

² TORRES, Ronny Charles Lopes. Leis de Licitações Públicas comentadas. Ed. Jus Podivim, p. 390.

Farinha: Produzida a partir da moagem do trigo duro, resultando em uma farinha mais grossa que a farinha comum.

Ingredientes: Geralmente contém apenas sêmola de trigo e água, sem adição de ovos.

Textura: A massa de sêmola tem uma textura mais firme e resistente ao cozimento, o que a torna ideal para pratos como massas italianas.

Nutrição: A sêmola é rica em vitaminas e minerais, como potássio, fósforo e ferro.

Versatilidade: A massa de sêmola pode ser utilizada em diversos tipos de massas, desde espaguete a lasanha.

Nesse sentido, ainda se faz importante destacar a diferença entre Sêmola e Semolina: Embora muitas vezes usados de forma intercambiável, a sêmola (ou semolina) é o nome da farinha de trigo grossa, enquanto "semolina" é o nome específico de uma sêmola mais fina, usada na produção de macarrão italiano de alta qualidade.

Pois bem, a massa sêmola GERALMENTE é sem ovos, porém pode haver casos em que é utilizado ovo na composição, porém sem descaracterizar a mesma, ou seja, mantendo-se as propriedades da mesma. Já a do tipo "semolina", este sim é sem a presença de ovos. Desta forma, o edital pede tipo sêmola e não semolina. A "massa base" de massas como o parafuso e espaguete, pode ser a sêmola, mas nada impede a adição de outros itens para a composição do produto final da massa conforme o tipo.

Ou seja, a sêmola e a semolina são massas bases para a produção de massas espaguete ou parafuso ou ainda macarrão.

Assim, como verifica-se na ficha técnica do produto cotado da marca "flor de lis":
*"O **Macarrão Parafuso com Ovos Flor de Lis – 500g** é a escolha ideal para quem busca qualidade, sabor e versatilidade na cozinha. Feito com ovos selecionados e farinha de trigo de alta qualidade, seu formato em parafuso é perfeito para reter molhos, garantindo pratos deliciosos e com textura irresistível."*

Assim, apesar de conter ovos, a massa base da farinha de trigo utilizada por ser de alta qualidade pode ser do tipo sêmola. Se for do tipo semolina, será sem ovos.

Desta forma, apesar de um pouco complexo, devendo adentrar-se a composição específica e aspectos nutricionais e entender o processo de produção da massa base utilizada para a produção dos diversos tipos de massas (macarrão, parafuso, espaguete,

etc), fica claro que o produto cotado atende as especificações do edital e a necessidade do Município.

Neste contexto, é essencial julgar com objetividade e razoabilidade as decisões administrativas, mediante avaliação adequada quanto à conformidade das propostas e o cumprimento das exigências editalícias e a busca por suprir as necessidades da administração.

II – DO DIREITO

Preliminarmente, cumpre-nos destacar que as licitações são condicionadas aos princípios básicos de legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

O art. 37 da Constituição Federal cuida dos princípios imanentes à atividade estatal da seguinte forma:

Art. 37. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI -ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todo os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, prevê em seu art. 5º:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da

igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

À luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, além do direito positivado através da Lei 14.133/2021, não resta qualquer dúvida de que a Pessoa Jurídica de Direito Público deverá empregar legalidade, moralidade, eficiência e isonomia no julgamento dos processos.

No entanto, em que pesem tais considerações, importante ressaltar que **para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, a administração deve realizar o julgamento de forma a flexibilizar a participação do maior número de interessados, sem excessos de formalismo, sob pena de frustrar a obtenção do menor preço que é o objetivo principal do pregão.**

Não se pode olvidar que a licitação na modalidade pregão caracteriza-se pelo objetivo de imprimir celeridade e eficiência nas contratações públicas, por meio da simplificação das regras procedimentais, condicionada aos princípios que norteiam as licitações públicas.

O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa.

O posicionamento do Tribunal de Contas da União – TCU, a seu turno, tem prestigiado a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das

*prerrogativas dos administrados. TCU. Processo nº 032.668/2014-7.
Acórdão nº 357/2015 — Plenário. Relator: ministro Bruno Dantas.*

Destaca-se que o edital não constitui um fim em si mesmo. Trata-se de instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, que são assegurar a contratação da proposta mais vantajosa. Assim, a interpretação e aplicação das regras nele estabelecidas deve sempre ter por norte o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuem para esse desiderato.

Trata-se da possibilidade de utilização do princípio da instrumentalidade das formas em razão de elemento cuja necessidade de burocracia supere a necessidade atendimento aos princípios regentes da Administração Pública.

Destaca-se que interessa ao erário um número maior de licitantes, que concorrerão na licitação pelo menor preço, não havendo sentido em eliminar candidatos por motivos menores, que podem ser supridos sem qualquer dificuldade, ou inclusive serem verificados com uma análise e parametrização das informações.

O excesso de formalismo, com efeito, não deve permear as ações dos agentes públicos na execução das licitações. A doutrina e a jurisprudência repudiam o rigorismo formal e homenageiam as decisões administrativas que, a bem dos demais princípios regentes da Administração Pública, afastam a inabilitação e a desclassificação de concorrentes por fatos irrelevantes, que não afetam a objetividade e a efetividade de suas propostas perante o Poder Público e nem os põem em posição vantajosa em relação aos demais participantes.

Em licitações do tipo menor preço, a Administração procura o melhor preço, a proposta mais vantajosa.

Conforme decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, **excesso de formalismo não pode excluir empresa de licitação**. Nos dois graus de jurisdição, os julgadores entenderam que a decisão administrativa da autarquia se apegou de forma extrema ao formalismo, mostrando falta de boa vontade com a parte autora. O relator da Apelação em Reexame Necessário na 22ª Câmara Cível do TJ-RS, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, ***afirmou que a inabilitação não se mostrou razoável, notadamente por se tratar de licitação em que o foco é o menor preço. Afinal, como a administração pública busca vantagem econômica, o fator preço é decisivo — por menor que seja. E é isso que prepondera sobre o formalismo.***

“O objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração. A formalidade exigida da parte impetrante é excessiva, evidenciando obstáculo ao resguardo do próprio interesse público, que consiste na obtenção do menor preço”.

REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. MOTIVO RELACIONADO À HABILITAÇÃO. DESCABIMENTO. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA OU CONCESSÃO DE PRAZO PARA A JUNTADA DA DOCUMENTAÇÃO. O tipo licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas, como ocorre na hipótese vertida nos autos. Ultrapassada a fase de habilitação, é descabida a desclassificação em razão de motivo relacionado à habilitação, forte no § 5º do art. 43 da Lei nº 8.666/93. Havendo a falta de documentação não essencial, deve a administração viabilizar sua anexação sem grande apego ao formalismo, através da conversão em diligência na forma do art. 43, § 3º, Lei nº 8.666/93, ou na concessão de prazo para a juntada, nos termos do 48, § 3º, do mesmo diploma legal, mormente na hipótese em apreço, em que todos os licitantes foram inabilitados. Precedentes do TJRGS e STJ.

Sentença confirmada em reexame necessário.

VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL. Nº 70062262514 (Nº CNJ: 0418814- 97.2014.8.21.7000). COMARCA DE CAXIAS DO SUL

Assim, segundo o advogado e professor de Direito *Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*, salienta-se que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes.

Nesse sentido, é preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e

vantajosidade da proposta. O TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo. Em decisão anterior, por meio do *Acórdão nº 2003/2011– Plenário*, o ministro-relator *Augusto Nardes* destacou que as exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

É inaceitável que o excesso de formalidade se sobreponha aos interesses da administração pública, ferindo de maneira grave a vinculação ao Princípio da Supremacia do Interesse Público, e também da competitividade, já que a formalidade a que se refere à Lei 8.666/93, não tem o intuito de restringir a participação de quem quer que seja como bem leciona Marçal Justen Filho: “**O formalismo do procedimento licitatório encontra conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa**’ (grifo nosso).

É possível entender pelas palavras do doutrinador que os meios não podem se sobrepor aos fins, caso contrário estaríamos ferindo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade que devem estar contidos no ato de julgamento, atendendo aos critérios racionais a que se destinam uma licitação, evitando o culto às formas e evitando que elas se transformem em fim por si mesmas.

Além do mais, a Administração deve consubstanciar seus atos e decisões de forma a atender o interesse da coletividade, ou seja, em observância ao interesse público e não se pregar aos formalismos austeramente, José dos Santos Carvalho Filho, de forma fulgurosa assim delimita tal postulado:

*As atividades administrativas são desenvolvidas pelo Estado para **benefício da coletividade**. Mesmo quando age em vista de algum interesse estatal imediato, o fim último de sua atuação deve ser voltado para o interesse público. **E se, como visto, não estiver presente esse objetivo, a atuação estará inquinada de desvio de finalidade**’ (grifo nosso)*

III – PEDIDOS

Por tudo quanto se expôs, pela garantia do Estado de Direito e pela justa e correta interpretação e aplicação da lei e do edital, pede seja dado provimento a este contra recurso, para o fim de que:

a) seja aceito e julgado procedente o presente Contra Recurso Administrativo;

b) que o Pregoeiro mantenha a decisão e resultado final, permanecendo como classificada, habilitada e vencedora a empresa MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA.

Nestes Termos,

Por ser a único e mais razoável medida de justiça,

Pede e confia no deferimento.

Novo Cabrais/RS, 11 de junho de 2025.

Atenciosamente,

MF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS & LOGÍSTICA LTDA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **MF DISTRIB DE ALIMENTOS E LOGISTICA LTDA**

CNPJ base: **14.904.244/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos 30 dias do mês de MAIO do ano de 2025, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 206 DO CTN

Descrição dos Débitos/Pendências

POSSUI 1 DEBITO(S):
1 Adm Parcelado

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei n° 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 28/7/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **35237525**
Autenticação: **45597302**

